



MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - SECRETARIA  
MUNICIPAL DE FINANÇAS

# **Município de Três Passos**

**LTIP - LAUDO TÉCNICO DE  
INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE**

NR 15 e NR 16

28/03/2025 a 27/03/2026

## SUMÁRIO

<b>1 - REVISÕES</b>	4
<b>2 - Introdução</b>	6
<b>3 - Instrumentos Utilizados ao Tipo de Agente Presente</b>	8
<b>4 - Metodologia do uso do(s) instrumento(s)</b>	9
<b>5 - Ferramentas de Apoio</b>	10
<b>6 - Relação de funções conforme CBO</b>	11
<b>7 - Importante</b>	12
<i>7.1 Critérios utilizados para definição do nível do risco</i>	13
<i>7.2 Níveis de risco possíveis</i>	16
<i>7.3 Classificações de prioridade de risco</i>	17
<i>7.4 Matriz para determinação dos níveis de riscos</i>	18
<b>8 - Inventário de riscos</b>	19
<b>9 - Encerramento</b>	31
<b>10 - Anexos</b>	32



## Identificação da Empresa

**RAZÃO SOCIAL:** MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
**NOME FANTASIA:** MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
**CNPJ:** 87.613.188/0001-21  
**ENDEREÇO:** AVENIDA SANTOS DUMONT, 75  
**BAIRRO:** CENTRO  
**ESTADO:** RS  
**FONE:** 55 5221200  
**CNAE (principal):** 84.11-6-00  
**ATIVIDADE PRINCIPAL:** Administração pública em geral  
**GRAU DE RISCO:** 1

**CIDADE:** TRES PASSOS

**CEP:** 98600-000

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS		
	Masculino	Feminino
Funcionários por sexo	8	9
Total de Funcionários	17	

## RESPONSÁVEL DA EMPRESA:

1. Arlei Luis Tomazoni - Prefeito Municipal (CPF: 700.363.650-68)

## 1 - REVISÕES

Revisão	Data	Descrição
1	01/04/2025	* Inclusão do cargo Auditor Fiscal de Tributos - setor Secretaria Municipal de Finanças.
2	18/07/2025	* Alteração da nomenclatura do cargo Diretor de Divisão (Em Substituição) para Diretor de Divisão- setor Secretaria Municipal de Finanças.
3	04/08/2025	* Inativado os setores: Divisão de Contabilidade e Divisão de Tributação.

## Avaliadores

### ENGENHEIRO(S) RESPONSÁVEL(IS):

**NOME:** Rogério Camargo Adiers

**CREA:** 76894-RS

**NIT:** 116.50909.98-0

**TITULAÇÃO:** Engenheiro em Segurança do Trabalho

## 2 - Introdução

Este trabalho tem por meta, realizar a análise quantitativa e/ou qualitativa dos riscos físicos, químicos e biológicos, existentes nos ambientes de trabalho da prefeitura avaliada e que possam causar possíveis danos à saúde dos trabalhadores. Os danos levantados, bem como, as análises efetuadas, referem-se às situações encontradas por ocasião do levantamento.

A avaliação seguiu a Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, enquadrando-se nas Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08 de Junho de 1978, e modificações posteriores, contidas no capítulo V, título II da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), relativas à Segurança e Medicina do Trabalho. Tais Normas caracterizam condições insalubres e perigosas conferindo o pagamento de adicional de salário (adicional de insalubridade ou periculosidade, NR 15 e NR 16 respectivamente).

Os riscos ambientais poderão ser controlados utilizando-se de medidas de proteção coletiva (EPC) ou individual (EPI). As medidas de proteção coletiva sempre deverão ser priorizadas, além da entrega de EPI, que deverá ser disponibilizada de acordo com o risco avaliado e possuir certificado de aprovação (CA) do Ministério do Trabalho. O empregador deverá providenciar o treinamento para o uso correto, a manutenção, bem como a sua higienização e tornar obrigatório seu uso. **Esta providencia neutralizará ou eliminará a ação dos riscos ambientais sobre os empregados, uma vez que suprimida a condição insalubre, os adicionais respectivos deixam de ser devidos, tomando como base legal para tal fim o art. 191 da CLT e o parágrafo único do art. 97 da Lei Complementar nº 18 de 16 Agosto de 2011.**

**Art. 191** - A eliminação ou a neutralização da insalubridade ocorrerá: (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977):

*I - com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância; (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977);*

**II - com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a limites de tolerância.** (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977).

**Art. 97 - Parágrafo Único** - O direito aos adicionais de que trata este artigo, cessa com eliminação das condições ou riscos que deram causa a sua cpmcessão.

Objetivos:

Tem o objetivo de classificar as atividades com relação à insalubridade e periculosidade, atendendo os parâmetros das Normas Vigentes, através de quantificação e qualificação dos riscos físicos, químicos e biológicos existentes na prefeitura e que possam causar danos a saúde do trabalhador. Sempre que houver modificações nas condições de trabalho, o levantamento deverá ser refeito, pois as conclusões poderão ser alteradas.

**Periculosidade:** são consideradas atividades perigosas àquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. Outros agentes geradores de periculosidade são atividades que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a energia elétrica, roubos ou outras espécies de violência física nas atividades de segurança pessoal ou patrimonial, contempladas na Lei nº 12.740, de 08.12.2012, e as atividades ou operações envolvendo radiações ionizantes e substancias radioativas, através da Portaria nº 3.393, de 17/12/1987.

O adicional de periculosidade é de **30 % sobre o vencimento básico do cargo conforme artigo 96 da Lei Complementar nº 18 de 16 de Agosto de 2011.**

**Insalubridade:** são consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho exponham os empregados a agentes nocivos a saúde, acima dos limites de tolerância

fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição a seus efeitos (art.189 da CLT).

O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, assegura a percepção de adicional respectivamente **de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento)**, segundo a classificação nos graus máximo, médio e mínimo respectivamente, incidentes sobre o menor padrão de vencimentos do município conforme prevê artigo 192 da CLT e artigo 95 da Lei Complementar nº 18 de 16 de Agosto de 2011.

Os adicionais de insalubridade ou periculosidade não são cumuláveis, cabendo ao Servidor optar por um deles, quando for o caso conforme Lei Complementar nº 18 de 16 de Agosto de 2011.

### **3 - Instrumentos Utilizados ao Tipo de Agente Presente**

**Não foram necessários instrumentos nas avaliações realizadas**



## **4 - Metodologia do uso do(s) instrumento(s)**

### **4.1 - CUIDADOS GERAIS**

1. Certificação da validade da calibração dos equipamentos de medição;
2. Controle da correta realização das medições;
3. Realização das medições mediante a presença de um representante dos colaboradores;
4. Certificação de que no momento da medição as condições de trabalho em relação a exposição aos agentes avaliados sejam normais e habituais;
5. Comprovação da medição em todos os postos de trabalho nos lugares onde habitualmente se situam os colaboradores.

### **4.2 - AVALIAÇÃO(ÕES)**

As avaliações foram realizadas em um dia normal de trabalho, de acordo com o ambiente de trabalho da empresa e foram classificadas conforme a metodologia de avaliação adequada a cada agente de risco conforme apresentado a seguir:

#### **4.2.1 - QUANTITATIVAS**

**Não foram identificados riscos significativos**

#### **4.2.2 - QUALITATIVAS**

**Não foram identificados riscos significativos**



## 5 - Ferramentas de Apoio

Para que se tenha um parecer técnico conclusivo sobre a percepção ou não dos respectivos adicionais, foram necessárias verificações in-loco das seguintes documentações:

- Fichas de fornecimento de EPIs e sua rotina de registros;
- Ordens de serviço;
- Procedimentos operacionais;
- Atas de treinamento (NR6),
- Análise de uso correto de creme de proteção para as mãos por meio de luz negra, quando utilizado na prefeitura.

## 6 - Relação de funções conforme CBO

Setor	CBO	Cargo	Função	Qtde Func
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	2522-05	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS	0
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	2522-10	CONTADOR	CONTADOR	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1114-15	DIRETOR DE DIVISÃO	DIRETOR DE CONTABILIDADE	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	4110-10	ESCRITURARIO	ESCRITURARIO	5
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	3951-05	ESTAGIÁRIO	ESTAGIÁRIO	0
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	2544-10	FISCAL TRIBUTARIO	FISCAL TRIBUTARIO	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1114-15	SECRETÁRIO MUNICIPAL	SECRETÁRIO MUNICIPAL	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1114-15	SUPERVISOR GERAL DE SETOR	SUPERVISOR GERAL DE TRIBUTOS	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	3511-05	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	0
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	3532-30	TESOUREIRO	TESOUREIRO	2
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - CEDIDO AO SINDICATO	4110-10	ESCRITURARIO	ESCRITURARIO	1
<b>TOTAL</b>				<b>17</b>

## 7 - Importante

**Importante:**

Esta relação de setores/funções foi elaborada especificamente para este trabalho a partir da relação com setores e/ou grupos homogêneos de exposição e funções dentro da prefeitura.

Esta relação visa somente facilitar a descrição das atividades desenvolvidas pelos funcionários dentro da prefeitura, visando identificar os riscos e agentes que cada grupo está exposto, não podendo ser usada legalmente para requerer equiparações salariais ou qualquer outra pretensão de retorno financeiro.

O autor NÃO autoriza o uso desta relação por terceiros que não tenham a devida anuência de uso da MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS através de seus mandatários, sendo os infratores responsáveis pelo seu uso sem autorização.

## 7.1 Critérios utilizados para definição do nível do risco

Probabilidade		
Significado	Peso	Descrição
1 - Improvável	0	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): As medidas de controle existentes representam a melhor tecnologia ou prática de controle possível e há garantias de que sejam mantidas em longo tempo. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada inferior a 10 % do LEO . E < 10% LEO. Exigências da Atividade (alínea c): O controle representa a melhor tecnologia ou prática disponível e há garantias de que sejam mantidas em longo prazo.
2 - Pouco provável	1	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): As medidas de controle existentes estão em conformidade com as NRs, eficientes há garantias de sejam mantidas em longo prazo. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada entre 10% e 50 % do LEO. Exigências da Atividade (alínea c): As medidas de controle existentes estão em conformidade com as NRs, eficientes e há garantias de que sejam mantidas em longo prazo.
3 - Provável	2	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): As medidas de controle existentes são adequadas, mas apresentam pequenas deficiências ou desvios que são mitigados por medidas administrativas e individuais. As medidas de controle existentes são adequadas, mas não há garantias de que sejam mantidas a longo prazo. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada entre 50% e 100 % do LEO. Exigências da Atividade (alínea c): As medidas de controle existentes são adequadas, mas apresentam pequenas deficiências ou desvios que são mitigados por medidas administrativas e individuais. As medidas de controle existentes são adequadas, mas não há garantias de que sejam mantidas a longo prazo.
4 - Alta probabilidade	3	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): As medidas de controle existentes apresentam desvios ou problemas significativos. A eficiência é duvidosa e não há garantias de manutenção adequada ou de que sejam mantidas em longo prazo. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada entre 100% e 500 % do LEO. Acima do LEO. Exigências da Atividade (alínea c): As medidas de controle existentes apresentam desvios ou problemas significativos. A eficiência é duvidosa e não há garantias de manutenção adequada ou de que sejam mantidas em longo prazo.

5 - Probabilidade excessiva	4	Requisitos de NRs x Medidas de Prevenção Implementadas (alíneas a e b): Medidas de controle inexistentes ou as medidas existentes são reconhecidamente inadequadas. Perfil de Exposição x NR - 09 (alínea d): Exposição estimada acima de 500 % do LEO. Condição de superexposição. Exigências da Atividade (alínea c): Medidas de controle inexistentes ou as medidas existentes são reconhecidamente inadequadas.
<b>Severidade</b>		
Significado	Peso	Descrição
1 - Pouca importância	0	Características da Lesão ou Agravamento: Lesão, sinal ou sintoma leve, com efeitos reversíveis. Capacidade Funcional: Não limita a capacidade funcional. Afastamento Médico: Exige tratamento médico, mas não implica afastamento superior a 1 dia. Exemplos de Danos Associados: Ferimentos superficiais, pequenos cortes e contusões, irritação dos olhos pela poeira, incomodo e irritação (por exemplo, dores de cabeça), problema de saúde levando a um desconforto temporário.
2 - Preocupantes	1	Características da Lesão ou Agravamento: Lesão ou agravamento moderado, com efeitos reversíveis. Capacidade Funcional: Não limita a capacidade funcional. Afastamento Médico: Exige tratamento médico e pode implicar afastamento de até 15 dias. Exemplos de Danos Associados: Lacerações, queimaduras, concussão, entorses, fraturas de bom prognóstico, dermatite asma, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) em fase aguda.
3 - Severos	2	Características da Lesão ou Agravamento: Lesão ou agravamento grave, com efeitos reversíveis. Capacidade Funcional: Pode limitar a capacidade funcional. Afastamento Médico: Exige tratamento médico e pode implicar afastamento superior a 15 dias. Exemplos de Danos Associados: Lacerações, queimaduras, concussão, entorses, fraturas de bom prognóstico, dermatite asma, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) em fase aguda.
4 - Irreversíveis	3	Características da Lesão ou Agravamento: Lesão ou agravamento grave, com efeitos irreversíveis. Capacidade Funcional: Limita a capacidade funcional, mas não totalmente. Afastamento Médico: Exige tratamento médico e pode implicar afastamento. Exemplos de Danos Associados: PAINPSE (perda auditiva induzida de pressão sonora elevados), amputações de segmentos, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) em fase crônica.

5 - Ameaça	4	Características da Lesão ou Agravamento: Lesão ou agravamento crítico ou fatal. Capacidade Funcional: Limita totalmente a capacidade funcional ou pode causar a morte. Afastamento Médico: Exige tratamento médico e pode implicar afastamento. Exemplos de Danos Associados: Amputações de membros, fraturas de mau prognóstico, envenenamento, lesões mutagênicas, ferimentos múltiplos que resultem em fatalidade, câncer ocupacional, outras doenças graves que diminuam a vida (pneumoconiose fibrogênica), doenças agudas fatais.
------------	---	---

## 7.2 Níveis de risco possíveis

Nível de Risco	
Nível	Significado
0 - Trivial	Risco inofensivo para saúde e integridade física não sendo necessário medidas de controle sobre a exposição.
1 - Baixo	Pouco importante, pois gera perigos baixos para integridade física.
2 - Moderado	Probabilidade de gerar danos a saúde e integridade física sendo necessário medidas de controle de exposição.
3 - Alto	De grande importância necessitando medidas de controle imediatas. A exposição pode provocar danos graves a saúde e integridade física.
4 - Muito Alto	Prejudicial para saúde levando a complicações sérias. Probabilidade de danos severos e até mesmo óbito.





### 7.3 Classificações de prioridade de risco

Classificação de Risco	
Classificação	Significado
1 - Irrelevante	Não prioritário. Ações dentro do princípio de melhoria contínua. Pode ser necessária avaliação quantitativa e / ou qualitativa do Setor / GHE para confirmação da categoria, a critério do profissional de Higiene Ocupacional
2 - De Atenção	Prioridade básica. Iniciar processo de controle do Setor / GHE e / ou realizar avaliação criteriosa dos riscos qualitativos e quantitativos presentes no ambiente para confirmação da categoria e monitoramento periódico.
3 - Preferencial	Prioridade preferencial. Adotar medidas de controle para redução da exposição e iniciar processo de avaliação quantitativa do Setor / GHE quando for o caso.
4 - Não tolerável	Prioridade máxima. Adotar medidas imediatas de controle. Quando não, a continuidade da operação só poderá ocorrer com ciência e aprovação do gestor / gerente geral da unidade ou instalação. Iniciar processo de avaliação quantitativa e / ou realizar avaliação criteriosa dos riscos qualitativo do Setor / GHE para verificação do rebaixamento da categoria de risco.



## 7.4 Matriz para determinação dos níveis de riscos

		Probabilidade				
		1 - Improvável (Peso 0)	2 - Pouco provável (Peso 1)	3 - Provável (Peso 2)	4 - Alta probabilidade (Peso 3)	5 - Probabilidade excessiva (Peso 4)
<b>Severidade</b>	5 - Ameaça (Peso 4)	Baixo	Moderado	Moderado	Alto	Muito Alto
	4 - Irreversíveis (Peso 3)	Trivial	Moderado	Moderado	Alto	Alto
	3 - Severos (Peso 2)	Trivial	Baixo	Moderado	Moderado	Moderado
	2 - Preocupantes (Peso 1)	Trivial	Baixo	Baixo	Baixo	Moderado
	1 - Pouca importância (Peso 0)	Trivial	Trivial	Trivial	Trivial	Baixo

## 8 - Inventário de riscos

INVENTÁRIO DE RISCOS			
Setor	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	Qtde de Funcionários	0
Cargo	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS	Função	AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS
Descrição das atividades	<p>SÍNTESE DOS DEVERES: Orientar a fiscalização tributária e fazendária e fazer auditoria, dando cumprimento a Legislação Tributária, naquilo que for necessário para bem e melhor desempenho das atividades da administração tributária municipal. ATRIBUIÇÕES: Gerir, administrar, planejar, normatizar as atividades de fiscalização e de imposição tributária: preparar e julgar os processos administrativos - tributários de contencioso fiscal, inclusive nos casos de pedidos de reconhecimento de imunidade, de não-incidência e de isenção, ou, ainda, decidir sobre pedidos de moratória e de parcelamento de créditos tributários e não-tributários; acompanhar a formulação da política econômico-tributária, inclusive em relação a benefícios fiscais e incentivos financeiros e fiscais; decidir ou encaminhar para deliberação pedido de cancelamento ou qualquer outra forma de extinção de crédito tributário e não-tributário, nos termos do Código Tributário Municipal; divulgar a legislação tributária; acompanhar e controlar as transferências intergovernamentais no âmbito de sua competência; verificar a regularidade da participação do Município no produto da arrecadação dos tributos da União e do Estado; promover medidas de aperfeiçoamento e regulamentação da legislação tributária municipal, bem como adotar providências no sentido da sua consolidação; proceder com a homologação dos procedimentos adotados pelo sujeito passivo, conforme disposto na legislação tributária; Estabelecer as modalidades de recolhimento do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; realizar estimativas ou ainda dar início a processo regular de arbitramento; promover a apreensão de livros, arquivos, documentos, papéis comerciais ou fiscais, nas hipóteses previstas na legislação tributária; requisitar informações que se relacionem aos negócios ou atividades de terceiros, às pessoas e entidades legalmente obrigadas a acompanhar a regularidade na constituição de créditos tributários constituídos por meio de Declarações Eletrônicas de acordo com os respectivos regimes tributários; lavrar e assinar Notificação Fiscal de Lançamento, Auto de Infração, Termo de Apreensão, Termo de Arbitramento, e demais documentos tributários correlatos; proceder a levantamentos técnicos específicos para obtenção de indícios e subsídios à ação fiscal; decidir quanta à ação, alteração, isenção ou baixa e cancelamento no Cadastro Municipal de Contribuintes; propor e opinar quanto a regimes especiais de tributação; autorizar a inutilização de documentos fiscais ao contribuinte, quando for o caso; elaborar pareceres e participar nas decisões em processos administrativos fiscais, nos processos de restituição de indébito, de compensação de tributos municipais, de reconhecimento de imunidade ou de concessão de benefícios fiscais; propor medidas tendentes a aperfeiçoar o Sistema Tributário Municipal; proceder á orientação do sujeito passivo no tocante a interpretação e à aplicação da legislação tributária por intermédio de atos normativos e consultas tributárias, além de supervisionar as demais atividades de orientação ao contribuinte; verificar a regularidade dos créditos tributários a serem inscritos em dívida ativa, com a devida inscrição e protesto extrajudicial em caso de não pagamento, respeitadas as competências para promover a execução fiscal pela Procuradoria Geral do Município; elaborar pareceres técnicos de sua competência; prestar apoio técnico ao órgão responsável pela representação judicial do Município em matéria fiscal; disponibilizar dados e prestar as informações necessárias para a atuação do controle interno no exercício das atribuições descritas em Resoluções específicas do TCE; realizar procedimentos de auditoria e fiscalização em conjunto com outros órgãos fiscalizadores, nos Simples territoriais do Município ou procedimentos de auditoria e fiscalização em conjunto com outros órgãos fiscalizadores, nos Simples territoriais do Município ou fora dele, mediante convênio; executar outras atividades correlatas, típicas da competência de auditoria. Dirigir veículos oficiais para exercer atividades próprias do cargo, desde que devidamente autorizado por chefia ou autoridade superior. Orientar e coordenar os fiscais tributários.</p>		
EXPOSIÇÕES			

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).

**INVENTÁRIO DE RISCOS**

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>Qtde de Funcionários</b>	5
<b>Cargo</b>	CONTADOR	<b>Função</b>	CONTADOR
<b>Descrição das atividades</b>	SÍNTESE DOS DEVERES - Executar ou supervisionar trabalhos técnicos em contabilidade no serviço público municipal. ATRIBUIÇÕES - assessorar, orientar, planejar, controlar, efetuar, revisar e/ou responsabilizar-se pelas seguintes tarefas: abertura e encerramento da escrita contábil; análise das demonstrações contábeis, inclusive dos balanços públicos; apuração, cálculo e registro de custos públicos; avaliação do acervo patrimonial; avaliação e atualização dos haveres e obrigações do Município; avaliação da capacidade econômica e financeira das empresas em processos de licitação; classificação da receita e da despesa orçamentária e extra-orçamentária para registro contábil, por qualquer processo, inclusive informatizado e respectiva validação dos registros e demonstrações; conciliação de contas; controle de formalização, guarda, manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábil, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial.		

**EXPOSIÇÕES**

Não foram identificados riscos significativos

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).



**INVENTÁRIO DE RISCOS**

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>Qtde de Funcionários</b>	1
<b>Cargo</b>	DIRETOR DE DIVISÃO	<b>Função</b>	DIRETOR DE CONTABILIDADE
<b>Descrição das atividades</b>	SÍNTESE DOS DEVERES: Coordenar os trabalhos inerentes à contabilidade da Prefeitura Municipal e outras instituições públicas, planejando, supervisionando, orientando sua execução e participando dos mesmos, de acordo com as exigências legais e administrativas, para apurar os elementos necessários à elaboração orçamentária e ao controle da situação patrimonial e financeira da instituição. ATRIBUIÇÕES: Coordenar o sistema de registros e operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais, para possibilitar controle contábil e orçamentário; participar na elaboração e confecção dos demonstrativos e demais anexos do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias; coordenar os trabalhos de contabilização dos documentos, analisando-os e orientando seu processamento, para assegurar a observância do plano de contas adotado; certificar-se do efetivo controle do recolhimento dos tributos municipais.		

**EXPOSIÇÕES**

Não foram identificados riscos significativos

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).



**INVENTÁRIO DE RISCOS**

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>Qtde de Funcionários</b>	5
<b>Cargo</b>	ESCRITURARIO	<b>Função</b>	ESCRITURARIO
<b>Descrição das atividades</b>	SÍNTESE DOS DEVERES - Executar serviços que envolvam interpretações de leis e normas administrativas, especialmente para fundamentar informações. ATRIBUIÇÕES - Examinar processos relacionados a assuntos gerais da administração municipal, que exijam interpretações de textos legais, especialmente da legislação básica do Município; elaborar pareceres instrutivos, qualquer modalidade de expediente administrativo, inclusive atos oficiais, portarias, decretos, projetos de lei; executar e ou verificar a exatidão de quaisquer documentos de receita e despesa, folhas de pagamento, empenho, organizar e orientar a elaboração de fichários e arquivos de documentos e de legislação; secretariar reuniões e comissões; integrar grupos operacionais; executar trabalhos de apoio administrativo; executar outras atividades correlatas.		

**EXPOSIÇÕES**

Não foram identificados riscos significativos

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).



**INVENTÁRIO DE RISCOS**

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>Qtde de Funcionários</b>	0
<b>Cargo</b>	ESTAGIÁRIO	<b>Função</b>	ESTAGIÁRIO
<b>Descrição das atividades</b>	Desenvolvimento de atividades administrativas, organizacional, alimentação de sistema de informática, atividades burocráticas inerentes a Secretaria, atendimento ao público, elaboração e tramitação de documentos internos.		

**EXPOSIÇÕES**

Não foram identificados riscos significativos

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).





**INVENTÁRIO DE RISCOS**

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>Qtde de Funcionários</b>	1
<b>Cargo</b>	FISCAL TRIBUTARIO	<b>Função</b>	FISCAL TRIBUTARIO
<b>Descrição das atividades</b>	SÍNTESE DOS DEVERES - Orientar e exercer a fiscalização geral com respeito a aplicação das Leis tributarias do Município, bem como ao que se refere a fiscalização especializada. ATRIBUIÇÕES - verificar a ocorrência do fato gerador dos tributos de competência do Município; efetuar o lançamento dos tributos de competência do Município e a respectiva notificação dos sujeitos passivos; realizar visitas, vistorias e verificações `in loco` em estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços e residências, bem como nas obras em andamento no Município; requerer documentos, livros fiscais e quaisquer outras espécies de expedientes necessários à análise da situação tributária dos sujeitos passivos; proceder as inscrições em Dívida Ativa e respectivas notificações; cumprir e fazer cumprir a legislação tributária; lavrar autos de infração, aplicando sanções; manifestar-se em todos os expedientes relacionados com a legislação tributária, quando solicitado.		

**EXPOSIÇÕES**

Não foram identificados riscos significativos

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).



**INVENTÁRIO DE RISCOS**

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>Qtde de Funcionários</b>	1
<b>Cargo</b>	SECRETÁRIO MUNICIPAL	<b>Função</b>	SECRETÁRIO MUNICIPAL
<b>Descrição das atividades</b>	SÍNTESE DOS DEVERES - Exercer direção, orientar, coordenar e controlar os trabalhos de uma secretaria municipal. ATRIBUIÇÕES - Zelar pelo cumprimento de projetos e programas baseados em critérios de prioridade e de custo-benefício; apresentar ao prefeito, na época própria, o programa anual de trabalho do seu órgão, supervisionar a elaboração da proposta orçamentária do seu órgão apresentar periodicamente, relatório das atividades do seu órgão; proferir despachos decisórios e interlocutório, em processos atinentes a assuntos de competência do órgão que dirige, propor ao órgão competente da secretaria de administração a admissão; exoneração e/ou dispensa de pessoal; indicar o prefeito, pessoas para o conhecimento das funções de chefia que lhe são subordinadas ou propor uma exoneração; fazer comunicar ao setor competente as transferências de bens moveis e equipamentos; aprovar a escala de férias do pessoal de seu órgão.		

**EXPOSIÇÕES**

Não foram identificados riscos significativos

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).

**INVENTÁRIO DE RISCOS**

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>Qtde de Funcionários</b>	1
<b>Cargo</b>	SUPERVISOR GERAL DE SETOR	<b>Função</b>	SUPERVISOR GERAL DE TRIBUTOS
<b>Descrição das atividades</b>	SÍNTESE DE DEVERES: Supervisionar as atividades de fiscalização das arrecadações de tributos, taxas, alvarás e outros. ATRIBUIÇÕES: Controlar a arrecadação de ISSQN, IPTU e demais receitas tributárias; supervisionar a participação do Município na fiscalização da circulação de mercadorias; Supervisionar a elaboração de relatórios fornecendo registros de atividades relacionadas a seus setores para documentar informações e dados constantes; informar a chefia imediata sobre o processamento dos trabalhos e resultados alcançados para possibilitar a avaliação das diretrizes aplicadas e sua conjugação com a política geral da administração; fazer a avaliação de desempenho em conformidade com a legislação vigente; executar tarefas afins.		

**EXPOSIÇÕES**

Não foram identificados riscos significativos

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).



## INVENTÁRIO DE RISCOS

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>Qtde de Funcionários</b>	0
<b>Cargo</b>	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	<b>Função</b>	TÉCNICO EM CONTABILIDADE
<b>Descrição das atividades</b>	<p>SÍNTESE DOS DEVERES - Executar a escrituração analítica de atos ou fatos administrativos. ATRIBUIÇÕES - abertura e encerramento da escrita contábil, bem como escrituração regular de todos os fatos relativos ao patrimônio e às variações patrimoniais dos órgãos da administração direta e indireta, por quaisquer métodos, técnicas ou processos; análise, classificação e contabilização de receitas e despesas orçamentárias e extra-orçamentárias, por qualquer processo, inclusive informatizado, e respectiva validação dos registros e demonstrações; análise, organização e elaboração dos processos de prestação de contas das entidades e órgãos da administração pública municipal direta e indireta, a serem julgadas pelos Tribunais, Conselhos de Contas ou órgãos similares bem como informar sobre o andamento dos respectivos processos; auxiliar na elaboração de planos de contas; auxiliar na organização dos serviços contábeis; auxiliar no fornecimento de informações contábeis e fiscais aos usuários internos e externos visando o cumprimento de obrigações acessórias em matéria contábil, orçamentária e tributária, tais como: retenções previdenciárias, retenções de imposto de renda na fonte, certidões negativas de débitos, envio de informações ao Tribunal de Contas do Estado, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério da Educação e outros órgãos federais e/ou estaduais; avaliação da capacidade econômica e financeira das empresas em processos de licitação; conciliação de contas; efetuar ou conferir lançamentos contábeis; dar apoio técnico na elaboração do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual; efetuar e conferir cálculos de quaisquer espécie; elaboração de balancetes contábeis, orçamentários, financeiros ou patrimoniais, bem como quaisquer outras demonstrações contábeis exigidas pela legislação vigente sobre o movimento contábil, orçamentário, financeiro e patrimonial, de forma analítica ou sintética; formalização, guarda, manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábil, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial; instruir e acompanhar a elaboração dos expedientes relativos aos créditos adicionais; levantamento de balanços da administração pública municipal, na forma exigida pela legislação vigente bem como a integração e/ou consolidação, quando exigível; levantar dados estatísticos e subsidiar a elaboração de relatórios e quadros demonstrativos; operação e funcionamento do sistema de controle patrimonial e de almoxarifado, inclusive quanto à existência e localização física dos bens; programação orçamentária e financeira, e acompanhamento da execução de orçamentos-programa, tanto na parte física quanto na monetária; receber, conferir e classificar documentos relacionados com a área de atuação; rever fichas de lançamentos e outros documentos contábeis, conforme determinação superior; subsidiar as análises da evolução da receita; tomada de contas dos responsáveis por bens ou dinheiros públicos; execução de tarefas afins correlatas ao exercício da função.</p>		

### EXPOSIÇÕES

Não foram identificados riscos significativos

### CONCLUSÕES

**Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).



**INVENTÁRIO DE RISCOS**

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	<b>Qtde de Funcionários</b>	2
<b>Cargo</b>	TESOUREIRO	<b>Função</b>	TESOUREIRO
<b>Descrição das atividades</b>	SÍNTESE DOS DEVERES - Receber e guardar valores; efetuar pagamentos; ser responsável pelos valores entregue a sua guarda. ATRIBUIÇÕES - Receber, guardar e entregar valores; movimentar fundos; efetuar recolhimentos, receber importâncias nos bancos, movimentar depósitos; escriturar contas correntes e organizar boletins de receita e despesa; realizar conciliação bancária; interagir com a contabilidade e estatística do Município; encaminhar processos relativos a competência da tesouraria, endossar, assinar e conferir cheques; efetuar pagamentos; fornecer o suprimento para pagamentos; confeccionar mapas e boletins de caixa; integrar grupos operacionais, executar tarefas afins.		

**EXPOSIÇÕES**

Não foram identificados riscos significativos

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).

**INVENTÁRIO DE RISCOS**

<b>Setor</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - CEDIDO AO SINDICATO	<b>Qtde de Funcionários</b>	1
<b>Cargo</b>	ESCRITURARIO	<b>Função</b>	ESCRITURARIO
<b>Descrição das atividades</b>	SÍNTESE DOS DEVERES - Executar serviços que envolvam interpretações de leis e normas administrativas, especialmente para fundamentar informações. ATRIBUIÇÕES - Examinar processos relacionados a assuntos gerais da administração municipal, que exijam interpretações de textos legais, especialmente da legislação básica do Município; elaborar pareceres instrutivos, qualquer modalidade de expediente administrativo, inclusive atos oficiais, portarias, decretos, projetos de lei; executar e ou verificar a exatidão de quaisquer documentos de receita e despesa, folhas de pagamento, empenho, organizar e orientar a elaboração de fichários e arquivos de documentos e de legislação; secretariar reuniões e comissões; integrar grupos operacionais; executar trabalhos de apoio administrativo; executar outras atividades correlatas.		

**EXPOSIÇÕES**

Não foram identificados riscos significativos

**CONCLUSÕES****Periculosidade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades perigosas. (Lei Municipal)

**Insalubridade:**

N.A. - As atividades exercidas pela função não se caracterizam como atividades insalubres. (Lei Municipal).



## 9 - Encerramento

---

**ROGÉRIO CAMARGO ADIERS**

ENGENHEIRO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - CREA: 76894-RS

**TRES PASSOS - RS, 28 de março de 2025**

**Conplan Segurança e Saúde Ltda**

Av Maua, 1377, sala 1, Centro, Ibirubá - RS

Telefone: (54) 3324-2208 E-mail: [financeiro@conplan.com.br](mailto:financeiro@conplan.com.br)

## 10 - Anexos

Laboratório de calibração  
**INSTRUBRAS**  
Lab**CERTIFICADO  
DE CALIBRAÇÃO****Nº 36.490-2023****DADOS DO CLIENTE:**

**Nome:** Conplan Segurança e Saúde Ltda.  
**Endereço:** Avenida Maua, 1377 - Centro - Ibirubá/RS

**DADOS DO INSTRUMENTO CALIBRADO:**

**Descrição:** Dosímetro de Ruído  
**Fabricante:** Inlite  
**Modelo:** DosePro  
**Data de Calibração:** 27/10/2023  
**Data de Emissão:** 27/10/2023

**Nº Série:** 22051303901A  
**Tag:** ----  
**Nº OS:** 3802  
**Procedimento de Calibração:** Pt-03-rev.00

**CONDIÇÕES AMBIENTAIS:**

**Temperatura:** 25°C ± 3°C      **Umidade Relativa Ar:** entre 35% e 70%

**RASTREABILIDADE:**

Identif.	Nº. Cert.	Emitente	Validade
Calibrador de nível sonoro	A0347/2022	RBC CAL 0024	jun/24
Termohigrômetro digital	5611/22	RBC CAL 0455	ago/24

**RESULTADO DA CALIBRAÇÃO:**

Pressão Sonora (dB)				
VR	VI	EI	± U db	K
94,00	94,00	0,00	1,00	2,0
114,00	113,90	-0,10	1,00	2,0

**NOTAS:**

- VR:** Valor Convencional, valor correspondente ao padrão utilizado.  
**VI:** Valores de Indicação, resultado obtido da média aritmética na unidade da grandeza correspondente ao instrumento sob calibração.  
**EI:** Erro de Indicação, (VI - VR).  
**U:** A Incerteza expandida de medição relatada é declarada como a incerteza padrão de medição multiplicada pelo fator de abrangência k, que para uma distribuição t-Student correspondente a uma probabilidade de abrangência de aproximadamente 95,45%.  
A incerteza padrão da medição foi determinada de acordo com a publicação EA-4/02.

- Os resultados deste certificado refere-se exclusivamente ao instrumento submetido a calibração específicas, não sendo extensivo a quaisquer lotes.  
- Este certificado não tem valor para fins de metrologia legal e se limita exclusivamente ao instrumento calibrado.  
- Os resultados são válidos somente para o estado do instrumento no momento da calibração.



Assinado de forma digital por DAIANE  
TRINDADE COSTA:00087748037  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF  
A1, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR  
CNB CF, cn=DAIANE TRINDADE  
COSTA:00087748037

Signatário Autorizado

Página 1/1

**Fone: (51) 3078-1318 / (51) 3078-3001**  
E-commerce: [www.instrubras.com.br](http://www.instrubras.com.br)  
E-mail: [calibracao@instrubras.com.br](mailto:calibracao@instrubras.com.br)

Razão Social: Instrubras Instrumentos de Medição Ltda.  
Cnpj: 22.234.759/0001-71  
Rua Bento Gonçalves, 451, Sala 302, Bairro São Sebastião,  
Esteio / RS, Cep: 93265-350

